

Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia trinta de abril do ano de dois mil e vinte.

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte, pelas dezoito horas, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital por videoconferência, nos termos previstos no n.º 3, do artigo 3.º, da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, sob a presidência da Sra. Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro.

Ao iniciar a sessão, a Presidente da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Sejam bem-vindos a esta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal que se realiza por videoconferência, no âmbito das medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pela doença COVID-19, e de acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 3.º, da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia Municipal, Srs. funcionários da Câmara Municipal que estão a apoiar os trabalhos da Sessão, Comunicação Social, e cidadãos que nos queiram acompanhar através da Comunicação Social, desejo que todos se encontrem bem, assim como as vossas famílias e pessoas próximas.

Quero lamentar os óbitos que esta pandemia já provocou no nosso País e manifestar a minha satisfação pela situação controlada no nosso Concelho e nos Concelhos vizinhos, o que tem muito a ver com a atitude responsável da grande maioria dos cidadãos e com a reconhecida capacidade de liderança dos respetivos autarcas.

Felicito o Sr. Presidente da Câmara Municipal, o seu Executivo e restantes autarcas bem como as suas equipas pelo excelente trabalho que têm desenvolvido em prol da preservação da saúde e do bem-estar dos Oliveirenses.

Correndo o risco de me repetir, relativamente à minha intervenção na Sessão comemorativa do 25 de Abril, não posso deixar de exprimir uma palavra de enorme reconhecimento a todos os que têm apoiado os nossos conterrâneos com as suas vidas tão fortemente alteradas pelas consequências desta pandemia. Neste quadro, uma palavra de especial destaque para o pessoal

e instituições ligados à prestação de cuidados de saúde e apoio social, nomeadamente aos Bombeiros, à Proteção Civil, à Guarda Nacional Republicana, às entidades religiosas, aos empresários, à Comunicação Social e aos voluntários que se têm disponibilizado para dar apoio. É justo também salientar o papel determinante que o Governo, as várias forças partidárias e o Sr. Presidente da República têm desempenhado na condução desta inesperada crise que nos atingiu. Todos esperamos que continuem a responder aos desafios que se têm colocado ao País reforçando algumas áreas que, bem sabemos, ainda carecem de melhoria.

Ditas estas palavras iniciais de enquadramento vamos proceder ao registo das presenças dos Membros da Assembleia Municipal para verificar a existência de quórum nesta Sessão da Assembleia Municipal.”

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, efetuou a chamada dos Membros da Assembleia Municipal tendo-se verificado que não está presente o Sr. Deputado Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que solicitou a sua substituição, tendo sido substituído pelo Sr. Deputado Dr. André Duarte Pereira.

O Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, não está presente.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 6º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dr. José Francisco Tavares Rolo, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Dra. Maria Emília Simões Gomes Moreira, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, Dr. Carlos Jorge Mamede de Carvalheira Almeida, e Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias.

Da presente Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea f) do n.º 1 e n.º 4 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de

setembro, da proposta de Contratação de um Empréstimo de Médio e Longo Prazo até € 3.000.000,00 para concretização de diversos investimentos de interesse municipal.

II - Ratificação da deliberação camarária de 16 de abril de 2020 que aprovou a aplicação do saldo de gerência de 2019 e as 1.^{as} revisões ao Orçamento e Grandes Opções do Plano, para o ano de 2020, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 3º-A da Lei nº 1-A/2020, de 19 de março, alterada pela Lei nº 4-B/2020, de 6 de abril.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Feita a chamada e verificada a existência de quórum, declaro aberta a Sessão.

Como sabem esta é uma Sessão Extraordinária, não há Período de Antes da Ordem do Dia, e passamos de imediato ao Ponto I da Ordem do Dia.”

De seguida entrou-se no Ponto I - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea f) do n.º 1 e n.º 4 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Contratação de um Empréstimo de Médio e Longo Prazo até € 3.000.000,00 para concretização de diversos investimentos de interesse municipal.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Gostaria primeiro de explicar o seguinte: As contas, como sabem, eram apresentadas na Assembleia de abril. Há uma Lei que deu maior competência à Câmara Municipal e que pode ratificar determinadas decisões e, por isso, as contas podem ser aprovadas até à Assembleia de junho. Eu e a Sra. Presidente da Assembleia determinámos fazer esta Sessão Extraordinária e já explicaria porquê.

Queria dar uma palavra de conforto ao nosso Deputado da Assembleia, Nuno Rafael Dias, pelo falecimento da sua mãe. Quero dar-lhe um grande abraço de solidariedade porque é muito jovem para ter perdido a sua mãe e, por isso, dizer-lhe que os nossos corações estão também com ele.

Tendo em conta o momento de pandemia que atravessamos quero fazer um agradecimento público a todos os profissionais de saúde, inclusive aos

nossos profissionais do Centro de Saúde, e não poderia deixar de dar uma palavra à nossa Deputada Dra. Ana Marta Garcia que tem feito a ponte entre a Proteção Civil e o próprio Centro de Saúde e também à Dra. Margarida.

Agradecer também aos profissionais da Fundação Aurélio Amaro Dinis, ao Dr. Álvaro Herdade e a toda a sua equipa.

Agradecer a todos os Srs. Presidentes de Junta que também colaboram neste trabalho conjunto com as IPSS, a Guarda Nacional Republicana e os Bombeiros Voluntários. Tem havido, aqui, um trabalho muito bom.

Agradecer também à excelente equipa que está aqui na Câmara Municipal e que tem feito um trabalho enorme com a colaboração também dos meus Vereadores nas diferentes áreas. Nós fizemos um grande trabalho de prevenção até agora. Estamos todos muito preocupados até porque as medidas de desconfinamento podem vir a agravar este panorama.

Como disse, este trabalho tem sido um trabalho coletivo. Tenho também reunido com o Presidente da Proteção Civil do Distrito de Coimbra, com especialistas dos diferentes hospitais, e aquilo que vou ouvindo não é nada animador e não entremos em euforia porque poderá vir uma segunda vaga muito pior do que a primeira. As perspetivas são essas e, por isso, deixam-nos algumas angústias.

Precisamos de nos reorganizar e reinventar de maneira absolutamente diferente porque não vamos voltar à normalidade nem amanhã, nem daqui a meio ano, nem daqui a um ano. Precisamos de ter todos consciência. Vai haver uma normalidade depois da pandemia e, por isso, tem que haver um trabalho conjunto até aparecer uma vacina ou aparecer um tratamento eficaz que combata a doença. Nesta luta somos todos agentes de saúde pública.

Estou com algum receio que se pense que o problema já passou mas o problema não passou. O Director do Instituto Molecular dizia há poucas semanas que estávamos no princípio dos princípios. Por isso, acho que deveremos continuar este trabalho, que é um trabalho de risco.

Queria dar a seguinte nota: As limitações das próprias empresas têm-nos condicionado as nossas obras que estão no PEDU. Isto é uma angústia tremenda.

Queria ainda dar-vos uma boa notícia nesta fase: O Campus Escolar de Oliveira do Hospital, que é uma obra que vai rondar os cinco milhões de euros, teve participação, foi aprovada a sua candidatura e a sua participação de 85 %. Até me dói o coração ao falar porque tínhamos previsto ainda fazer a inauguração e, se calhar, nem a vamos fazer no tempo em que sou Presidente.

Gostaria que o Campus Escolar e a Casa da Cultura fossem inaugurados ainda no meu mandato pelo que representam para este Executivo e para todas as pessoas do Concelho.

Depois, dar uma nota aos Srs. Presidentes de Junta: Hoje houve reunião de Câmara e acabei de aprovar em reunião de Câmara a verba para as despesas correntes para as Juntas de Freguesia com uma verba que ultrapassa os duzentos e cinquenta e cinco mil euros. As Juntas de Freguesia vão ser parceiros fundamentais.

Deixem-me dar aqui ainda outra nota breve mas que é evidente: Houve muitas Câmaras Municipais que tomaram decisões para apoiar as famílias. Veio hoje uma recomendação da ERSAR que dá, de certa forma, um cartão amarelo a esses Municípios dizendo que as famílias que devem ser apoiadas, para já, são as famílias que ficam sem rendimentos e sem condições. Já temos alguns problemas em termos de bolsas de pobreza que os Serviços de Ação Social, através do Sr. Vereador Dr. José Francisco Rolo, estão a acompanhar. Também hoje na reunião de Câmara lê-mos o relatório de quantas famílias é que estão a ser apoiadas nomeadamente com alimentação. Também a Sra. Vereadora fez referência dos alunos que pertencem a famílias mais desestruturadas e mais carenciadas e estamos a fazer esse apoio mas, deixem-me dizer, eu não acredito que o Concelho não passe uma situação de grande fragilidade económica daqui a três meses, quatro meses, cinco meses e seis meses. A possibilidade também da reconversão da indústria têxtil mas também do pequeno comércio é uma preocupação enorme e a Câmara Municipal terá, na minha opinião, que ir a jogo com meios financeiros para não deixar ninguém para trás. Esse desafio ainda não chegou tão premente mas ele vai chegar. Tenho a experiência e gostaria de recordar aqui que esta é a terceira experiência que nós temos: Quando entrámos na Câmara Municipal, em novembro de dois mil e nove, apanhámos com a crise económica a nível europeu e mundial que tinha despoletado em dois mil e oito. Os anos de dois mil e dez, dois mil e onze, e dois mil e doze, foram anos de governação muito difíceis. Às Câmaras Municipais foram-lhes reduzidas as participações das transferências do Estado e tivemos grandes desafios nos territórios.

Depois, pensávamos que tínhamos passado o maior calvário das nossas vidas com os incêndios. Sempre achámos que tínhamos vivido o inferno e que seria o último dia das nossas vidas. Hoje, atravessamos outro calvário, que, em termos comparativos, consideramos pior do que os incêndios porque há a angústia de não sabermos quando é que isto acaba. Isto é uma coisa dramática.

Temos também o problema do emprego, o problema do emprego dos nossos jovens, o problema do turismo, o problema do pequeno comércio. Vamos ver como é que conseguimos recuperar. Mas, eu não tenho dúvidas nenhuma e tenho reunido com os empresários dos têxteis, que é uma área de grande preocupação porque temos um número muito elevado de mão-de-obra, e, neste momento, conseguiu-se reconverter algumas empresas para trabalhar nesta área. A área dos têxteis é muito sensível e não preciso de ser adivinho para saber que nos vamos defrontar com uma série de problemas.

Por isso, também quero dizer que a Câmara Municipal tem como prioridade absoluta não deixar ninguém passar fome no nosso Município. As Juntas de Freguesia têm que estar atentas porque, às vezes, há uma pobreza envergonhada nas pessoas que sempre tiveram meios e que não se queixam e isso aconteceu muito em dois mil e onze e dois mil e doze. Temos que fazer um trabalho conjunto de proximidade com os Srs. Presidentes de Junta e com o Gabinete de Ação Social para não deixarmos ninguém para trás. A Câmara Municipal, com este Executivo e comigo em Presidente, não deixará ninguém para trás. Nós teremos que disponibilizar os nossos recursos financeiros para as pessoas que tenham necessidades mesmo que tenhamos de não realizar algumas obras que foram prometidas porque há um desafio maior em ajudar as pessoas com dificuldades.

A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, derivado à sua condição financeira, tem estrutura até para podermos reconverter este empréstimo, se for preciso, em vez de estarmos a fazer algumas obras. Eu queria fazer algumas obras que são fundamentais mas, se tiver que abdicar delas para ajudar as pessoas mais desfavorecidas e que não tenham dinheiro para o seu quotidiano, acho que é nossa obrigação e também quero agradecer ao meu Executivo, porque isto já foi discutido com eles, e estamos muito disponíveis para esta batalha dura que me custa bastante.

Como sabem, o meu prazo em termos de mandato está, neste momento, muito limitado mas não deixarei de me esforçar. Eu e todo o meu Executivo não nos deixamos de esforçar ao máximo para darmos respostas sociais. “*As pessoas são a nossa prioridade*”, não pode ser só um *slogan* político, é mais do que isso, tem que ser uma ação no terreno. É fundamental estarmos determinados. Acredito que daqui a dois ou três anos o sol voltará a brilhar nas ruas de Oliveira do Hospital.

Relativamente ao Ponto I, e a reunião teve muito a ver com este Ponto até porque o saldo de gerência poderia ser ratificado na Assembleia quando

fosse da aprovação das contas, vou pedir ao Dr. João Mendes para fazer a apresentação do Ponto I porque foi ele que fez as negociações com a Caixa Geral de Depósitos. Eu disse-vos na Assembleia Municipal e reafirmo que nós tínhamos feito um excelente negócio na realização deste empréstimo de três milhões de euros porque o *spread* estava negativo e, por isso, a taxa de juro era muito boa.

Foi o Diretor de Administração e Finanças da Câmara Municipal que fez as negociações para este empréstimo e, por isso, passo a palavra ao Dr. João Mendes para ele explicar este processo que não é um processo da parte política é um processo sobretudo técnico.”

Depois, foi dada a palavra ao Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças do Município de Oliveira do Hospital, Dr. João Manuel Nunes Mendes, que prestou os seguintes esclarecimentos respeitantes ao Ponto I da Ordem do Dia:

“De facto, como o Sr. Presidente da Câmara Municipal disse, e muito bem, A Câmara solicitou propostas à banca local, aos bancos com balcão aqui em Oliveira do Hospital. A melhor proposta, à data, foi a da Caixa Geral de Depósitos. Nós, os serviços, tivemos algumas dúvidas quanto à proposta da Caixa porque no pedido da Câmara tinha sido feita a referência da necessidade do *spread* refletir o indexante negativo, porque, como todos nós sabemos, o empréstimo é indexado à Euribor, é acrescido de um *spread*, mas a Euribor tem sido negativa nos últimos tempos. Nós, no pedido de propostas fizemos essa referência que obrigatoriamente cada banco teria de refletir na sua proposta o indexante negativo.

A Caixa Geral de Depósitos, como disse, nós tivemos algumas dúvidas e questionamo-los, numa fase inicial, telefonicamente, posteriormente, de forma escrita. Foi-nos sempre dito que a proposta da Caixa refletiria o indexante negativo e foi-nos inclusivamente enviado um plano financeiro com esse reflexo. Nesse pressuposto o processo foi instruído e foi remetido à Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal na Sessão de vinte e oito de fevereiro aprovou a adjudicação à Caixa Geral de Depósitos. O passo administrativo subsequente consiste na aprovação das cláusulas contratuais do empréstimo e a seguir seria remetido ao Tribunal de Contas para fiscalização prévia.

O que é facto é que quando nós pedimos as condições contratuais à Caixa Geral de Depósitos fomos confrontados com umas cláusulas que em

nada correspondiam àquilo que nos tinha sido enviado e que tinha feito parte da informação remetida à Assembleia Municipal, ou seja, não refletiam o indexante negativo.

Pedimos explicações, referiram-nos que tinha sido o balcão local. Aliás, a Câmara, também de uma forma negativa, desde há uns anos perdeu o interlocutor a nível nacional porque a Caixa Geral de Depósitos tinha interlocutor para aquilo que eles chamam a banca institucional. Nós tínhamos uma Interlocutora da Caixa Geral de Depósitos que nos esclarecia todas as dúvidas. A Caixa eliminou esses interlocutores junto dos Municípios.

Portanto, falámos sempre com o balcão e o que nos foi dito, como eu estava a referir, o balcão empenhou-se fortemente nesta proposta e fruto desse empenho tinha conseguido este *spread* de 0,55 % com reflexo do indexante negativo.

Pelos vistos, terá havido alguma falta de comunicação, não me cabe a mim justificar o que se passou na Caixa mas, de facto, as condições contratuais que nos foram remetidas não refletiam o indexante negativo.

Portanto, o Sr. Presidente teve a oportunidade de manifestar a indignação da Câmara por este processo, quer à Caixa Geral de Depósitos em Lisboa, para a sede, quer, aqui, ao balcão local. Mas, o que é facto, é que as coisas mantiveram-se e não resta à Câmara outra alternativa senão passar pelo segundo concorrente que é o BPI que tem um *spread* de 0,65 %, como é referido aqui na proposta, acrescido de uma comissão de 0,25 %.

Ainda assim, o plano financeiro que nos foi remetido pelo BPI denota encargos muito menores com este empréstimo do que seria noutras circunstâncias.

Portanto, a proposta que o Sr. Presidente apresenta à Assembleia Municipal é no sentido de que a adjudicação passe para o BPI.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Dar aqui uma nota só para dar um esclarecimento: Para nós teria sido fácil aceitar mas não foi correto porque o que esteve aqui em causa foi um processo de transparência. Pedimos a todos os bancos e isto era subverter a verdade. Poderíamos ter dito, pronto tem estas condições, é mais coisa, menos coisa, mas não o fizemos. Não o fizemos por uma questão de princípio porque senão teríamos enganado a Assembleia dizendo que o *spread* negativo era

refletido sobre a taxa de juro e nós não quisemos isso e quisemos anular e estamos a fazer esta Assembleia sobretudo para esta decisão.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Acho muito bem, a transparência é um valor. Também é bom que as instituições bancárias vão percebendo que têm de ser rigorosas.

Feita esta apresentação abria agora as inscrições para a discussão deste Ponto I.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de entrar no Ponto I da Ordem do Dia, se a Sra. Presidente da Assembleia Municipal me permitisse, gostaria de felicitar a Câmara Municipal no seu todo, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, os Srs. Vereadores, e todos os colaboradores que têm estado a acompanhar esta pandemia, porque têm feito um trabalho extraordinário de coordenação de toda esta situação.

Queria também deixar aqui uma palavra de agradecimento e de solidariedade a todos os profissionais de saúde e a todas as entidades que compõem a Protecção Civil, nomeadamente Bombeiros e GNR.

Queria deixar também uma palavra de solidariedade para o pequeno Comércio, para todos os empresários que estão a atravessar uma crise e que neste momento tão difícil precisam de um abraço de solidariedade e de alguma força para que num futuro, que esperamos e desejamos que seja próximo, continuem com a sua actividade e que possam refazer a sua vida.

Penso que o nosso Governo tem estado bem na coordenação e gestão desta crise comparativamente com alguns Países e, de certo modo, isto também nos dá alguma segurança e alguma garantia.

Lamentar o falecimento de todos aqueles que foram vítimas desta pandemia de coronavírus.

Também deixar aqui uma palavra de coragem ao Sr. Presidente da Câmara e a toda a sua equipa porque isto tem sido um mandato atípico que tem requerido uma força de vontade e uma coragem muito grande. Tivemos os incêndios no ano de dois mil e dezassete e temos agora esta pandemia que vem alterar toda a funcionalidade normal que deve ser uma Câmara Municipal mas que têm gerido de uma forma exemplar e que tranquiliza, de certa forma, todos

os Oliveirenses porque sabemos que estamos bem entregues e que estão a fazer aquilo que é possível por nós.

Relativamente ao Ponto I da Ordem do Dia: Trata-se de uma renovação de um empréstimo que já foi autorizado e agora para uma entidade diferente, será o BPI.

Portanto, aqui também manifestar a satisfação porque a Câmara Municipal está a defender os interesses do Município, e os interesses de todos nós, no custo de despesas com o empréstimo. Por isso, penso que não há forma de não votar favoravelmente esta proposta e porquê? Porque também temos bastantes obras a decorrer e poderia nomear algumas: A requalificação da Casa Amarela na Bobadela; A rua 21 de junho em Lagares da Beira; A variante sudeste; A requalificação da rua dos Combatentes da Grande Guerra no Seixo; A execução do Centro Municipal de Proteção Civil; A adaptação e ampliação, conservação e reparação do Estádio Municipal, e tantas outras obras que a Câmara Municipal prevê lançar.

Portanto, o voto neste Ponto I penso que deve ser favorável.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Compreendo que da parte dos Srs. Deputados Municipais possa haver a necessidade de exprimir as suas opiniões relativamente ao momento que se vive e não propriamente apenas em relação ao Ponto que estamos a discutir. De alguma forma, há uma certa excecionalidade e, como tal, peço aos Srs. Deputados que contenham as suas intervenções dentro daquele tempo que normalmente utilizamos, os cinco minutos.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Começo por questionar a Sra. Presidente da Assembleia Municipal e o Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre o motivo pelo qual foi anulada a Assembleia Municipal ordinária marcada para o passado dia vinte e quatro de abril e marcada uma nova Sessão Extraordinária para hoje dia trinta, ou seja, apenas seis dias depois. O porquê de não ter sido reagendado a reunião do dia vinte e quatro para hoje.

No que diz respeito especificamente ao Ponto I, a Caixa Geral de Depósitos, há que salientar que esta instituição bancária foi um dos grandes

financiadores deste Município, mesmo quando outras entidades bancárias apresentavam juros e *spreads* altos, a Caixa sempre foi quem mais ajudou e quem mais dinheiro emprestou ao nosso Município. Podemos aqui referir que a Caixa Geral de Depósitos sempre foi um parceiro deste Município.

Relativamente ao empréstimo, e por uma questão de transparência, é de lamentar que a documentação que dá por base a esta discussão, não tenha sido anexada à documentação enviada para os Deputados Municipais, nomeadamente aquela troca de documentos entre o Município e a Caixa Geral de Depósitos, incluindo a referida minuta de contrato a qual não era coincidente com a proposta apresentada. Para o PSD, e sem a referida documentação, ficam por explicar a quem atribuir esta culpa.

Apesar desta falta de transparência, e de todas as dúvidas que ficam a pairar sobre este assunto, o PSD não quer fazer parte do entrave financeiro, e só por esse motivo, vota favoravelmente.

Adianto também que o PSD ficará atento à execução das referidas obras, do montante atribuído ao orçamento de cada uma delas, e à sua real execução orçamental, a fim de aferirmos qual o montante global de execução real das referidas obras.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Estou um pouco confusa. Houve uma reunião marcada para o dia vinte e quatro?”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Sim. Segundo sei, foram agendadas as reuniões para o ano de dois mil e vinte e a Sessão de abril estava marcada para o dia vinte e quatro de abril, julgo eu.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“A vinte e quatro de abril era uma reunião normal e nós entendemos que devido às circunstâncias não havia muitas condições para a realização duma reunião normal em que, como sabe, uma das partes importantes da reunião é a

discussão no Período de Antes da Ordem do Dia. Atendendo a que também saiu legislação, que de alguma forma nos dá flexibilidade, achámos por bem não fazer a reunião ordinária. Entretanto, o Sr. Presidente da Câmara Municipal levantou-me esta questão e a premência deste assunto e, portanto, nós estamos a fazer uma extraordinária. A razão pela qual foi realmente adiada a reunião ordinária é porque achámos sinceramente que se prejudicava a discussão.

Hoje até estamos a trabalhar bem mas não é exatamente a mesma coisa de quando estamos todos juntos sem as limitações que estes meios ainda têm.

Relativamente às outras questões, naturalmente que depois o Sr. Presidente da Câmara lhe dará a resposta.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de mais quero agradecer publicamente a nota de solidariedade que o Sr. Presidente da Câmara Municipal me endereçou, tendo em conta o falecimento da minha mãe, e agradeço também a toda a Vereação, nomeadamente ao Vereador Francisco Rolo e ao Vereador Nuno Ribeiro que também me contactaram.

Relativamente aos tempos de Covid, e aproveitando um pouco a nota que o Deputado Raúl Dinis nos deixou, naturalmente que o CDS Partido Popular também está solidário com o povo Oliveirense, e mostrou coerência com a insistência no ato de inação quando, a seu tempo, entendemos que seria descabido qualquer tipo de cerimónia presencial quanto ao 25 de Abril e, de resto, a seu tempo deixámos bem patenteado com a Comunicação Social para ser do conhecimento público de todos os Oliveirenses.

Quanto ao Ponto I, a minha intervenção também não será muito substancial, até porque relativamente ao conteúdo em si, isto é, as obras que há a efetuar, elas são exactamente as mesmas e, portanto, é apenas o reforço do voto que o CDS-PP já teve na última Assembleia. Esse voto é a abstenção, precisamente pelos mesmos motivos, porque nós entendemos que parte da oposição e parte de um projecto alternativo, e nós consideramo-nos como tal, é ter outras ideias para o Município. Entendemos que a obra do alargamento do Estádio Municipal, neste momento, não deveria ser uma prioridade do Município. Conquanto, e também porque reconhecemos a importância de outras obras que aqui estão, nomeadamente a questão da Casa Amarela, na Bobadela, e, para não negar o progresso e a importância que essas obras têm para esses

Munícipes, o voto é de abstenção precisamente para não prejudicar o decorrer dessas obras.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar um abraço sentido de força para vencermos este momento difícil que estamos a ultrapassar todos à sua maneira. Dar uma palavra de solidariedade também a todas as instituições e entidades que estão envolvidas nesta situação.

Em relação à Câmara Municipal, e na pessoa do Sr. Presidente, realçar toda a palavra amiga de proximidade e de conforto que tem sido transmitida a todos os Oliveirenses e que nos faz ultrapassar e acreditar no futuro em relação aos momentos que estamos a viver de crise.

Em relação ao Ponto I que estamos aqui a tratar, enfatizar só a necessidade destas obras e tudo o que já foi dito na reunião anterior, onde este empréstimo foi aprovado, e realçar também da importância, no momento que estamos a viver, de que estas obras vão para a frente, andem rapidamente, porque Portugal precisa de recuperar o tecido empresarial e económico, precisa de ter outros momentos e precisamos de terminar o ano de dois mil e vinte e entrar no ano de dois mil e vinte e um com muita força, com a economia a funcionar em pleno e isto, naturalmente, que vai ajudar.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Permitam-me abrir um breve parêntese, antes de me referir ao Ponto que está aqui em discussão, tendo em conta os tempos de emergência e de exceção que vivemos: Em primeiro lugar deixar em meu nome e em nome do PSD os nossos sentidos pêsames a todos aqueles que diretamente ou indiretamente perderam alguém próximo vítima desta pandemia Covid-19.

Em segundo lugar, uma palavra de gratidão e reconhecimento a todos aqueles que estão na linha da frente no combate a esta pandemia, em especial aos do nosso Concelho, desde Instituições de Saúde, IPSS, Lares de Terceira Idade, e todos aqueles que permitiram que a nossa vida em comunidade se mantivesse com alguma normalidade. A todos, sem exceção, o nosso muito obrigado.

De uma forma geral todos nos temos saído bem, até à data, nesta luta mas, não querendo ser pessimista, nem mais um especialista em curvas e virologia,

não nos iludamos quando usamos o *slogan* “vamos todos ficar bem”, porque nada será como antes. Não vai ficar tudo bem para quem já perdeu alguém e que não se conseguiu despedir dele. Não vai ficar tudo bem para quem foi infetado e apesar de ter sobrevivido pode ter ficado com sequelas clínicas para o resto da vida. Não vai ficar tudo bem para quem já perdeu o seu emprego ou para muitos que estão numa antecâmara para o desemprego pelo *lay-off*. Não vai ficar tudo bem para o comércio e empresas que já atravessavam dificuldades, nomeadamente também no nosso Concelho, e muitas delas não vão conseguir ultrapassar as incógnitas que estão a enfrentar como, por exemplo, como vão os consumidores reagir para comprar para além dos bens de primeira necessidade na rede tradicional ou vão ser substituídos pelo comércio *on-line*.

No fundo, são mais as incertezas do que as certezas mas as palavras do Sr. Presidente que aqui nos deixou hoje dão-nos algum conforto neste sentido.

Posto isto, e em complemento às notas do meu colega João Brito sobre este Ponto, gostaria de acrescentar mais algumas notas, e a Assembleia Municipal de hoje, e o principal motivo de estarmos aqui, é precisamente este Ponto: No nosso entender, há aqui duas possibilidades. Ou foi uma trapalhada de uma entidade bancária que não enviou toda a informação desejável para o efeito, incluía o indexante negativo, ou não, ou, por outro lado, quem analisou as cláusulas contratuais relativamente ao empréstimo, pelo lado da Câmara, não teve em conta todos os detalhes no tempo devido de uma operação desta envergadura. Isto é, antes de remeter a qualquer votação na Câmara e Assembleia Municipal deveriam ter sido acautelados todos os pressupostos legais e formais para depois serem submetidos à aprovação e para não estarmos aqui hoje nesta reunião extraordinária. Se foi a Caixa Geral de Depósitos, então, deve ser responsabilizada por hoje estarmos aqui porque estas Sessões têm custos associados.

Como tal, gostaríamos de ouvir uma explicação, para além daquela que já foi dada, por parte do Executivo sobre esta matéria e, já agora, gostaríamos também de saber se o Executivo visa manter o rompimento e retirada de todos os contratos que tem com a Caixa Geral de Depósitos?

À parte disso, tencionamos, como o meu colega João Brito já disse, manter o nosso sentido de voto que tivemos aqui no passado sobre este Ponto.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Queria agradecer as perguntas que foram feitas e dizer o seguinte: A primeira coisa que eu queria dizer, a propósito do reagendamento da Assembleia, é que a Sra. Presidente da Assembleia Municipal cumpre com aquilo que está no diploma e passaram até competências para a própria Câmara Municipal. Isto é, não sou eu que faço as leis até porque as contas não estavam fechadas derivado a essa lei e os serviços também estarem a meio gás, é preciso nós percebermos isso, e, por isso, quando se diz aqui, como o Deputado João Brito diz com uma desfaçatez, não sei porque é que estava marcada, quer dizer que não vive neste mundo, nem sabe o que é que se está a passar, nem vê, com certeza, as leis mas, poderia, e, pelo menos, como Presidente de um partido, tinha obrigação de saber alguma coisa disto e parece que não sabe.

Mas, deixem-me dizer outra coisa: O que eu não posso admitir, e depois também me pareceu que há alguma surdez, e uma surdez sobretudo política. O Deputado João Brito e o Deputado Rafael Costa não ouviram o que eu disse, ou eu não percebi, ou não perceberam, sobretudo o Deputado Rafael Costa ao colocar em causa o Diretor do Departamento de Administração e Finanças e os meus serviços, e eu não lhe admito isso. Eu não admito que nenhum dos Srs. Deputados ponha em causa a competência dos meus serviços, e foi o que acabaram de fazer, depois de uma explicação do meu Diretor do Departamento de Administração e Finanças. Eu pergunto-vos, tiveram acesso a que documentos quando votaram favoravelmente na Assembleia anterior de fevereiro? O PSD teve acesso a alguns documentos ou *mails* que se trocaram com a Caixa Geral de Depósitos? Logicamente que não! Nós trazemos aqui propostas concretas e aquilo que nós defendemos aqui, aquilo que o Deputado João Brito acusou não foi transparente. Houve aqui um processo transparente e o Deputado João Brito queria saber quem foi o culpado depois de ouvir todas as explicações. Sabem quem é que foi o culpado? Admirem-se! O culpado foi o banco que ele esteve a defender e que não honrou os seus compromissos. É uma coisa tão simples! O banco não honrou os seus compromissos mas desafio os Srs. Deputados, porque foi posto aqui em causa o Dr. João Mendes, que façam uma coisa, que façam uma reunião para a semana, que venham cá os Deputados, o Sr. Deputado João Brito e o Sr. Deputado Rafael Costa, e que reúnam com o Dr. João Mendes porque ele mostra-vos os documentos todos que foram trocados com a instituição.

Agora, o que eu não percebi, e já vou também responder ao Deputado Rafael quando pergunta se penso honrar ou romper compromisso que tenho com a Caixa Geral de Depósitos. Quer dizer, é uma coisa fantástica perguntar.

Nós temos empréstimos que foram negociados com a Caixa Geral de Depósitos e porquê? Porque a Câmara Municipal naquela fase achou que eram as melhores condições e continuaremos com eles porque isto não é suficiente para nós rompermos. Nós estamos a falar numa ação concreta. Antigamente as Câmaras Municipais só trabalhavam com a Caixa Geral de Depósitos, como vocês sabem, mas hoje a banca é competitiva e, por isso, nós escolhemos a melhor proposta.

É preciso mais uma vez explicar isto: houve um caderno de encargos que foi entregue a cada banco. Nós não abrimos esta consulta de acordo com a vontade de cada um ou à vontade do freguês. Houve um caderno de encargos, como sabem, e no caderno de encargos estava lá tudo clarificado. Só que eles enganaram-nos quando nos mandaram o contrato. Para nos mandarem o contrato nós tínhamos que primeiro aprovar o empréstimo na Assembleia Municipal. Imaginem que a Assembleia Municipal chumba o empréstimo, já não há contrato, não assinamos contrato nenhum.

Acho que a Câmara Municipal, e deixem-me dizer, deu uma lição de transparência porque poderia ser uma diferença muito pequena mas a Caixa Geral de Depósitos não foi correta.

O culpado, logicamente, que foi a Caixa Geral de Depósitos, e não queiram fazer dos culpados heróis e de quem não teve a culpa de vítimas, isto não é um processo político. Também quero dizer o seguinte, porque isto, como disse, as propostas são entregues em carta fechada e depois as propostas são abertas, e garanto-vos que não é o Presidente da Câmara.

Agora, Srs. Deputados do PSD, os Senhores, por mim, votem contra, votem a favor, mas há uma coisa que não façam, não ponham os meus serviços em causa e a pessoa que tratou e que foi sobretudo o Dr. João Mendes, isso eu não vos admito.

Sr. Deputado Nuno Rafael, ainda bem que o Deputado do CDS tem outras ideias porque, se tivesse as mesmas ideias do Presidente da Câmara Municipal, isso seria muito mau. Ou eu seria muito novo, ou você seria muito velho e, por isso, é bom ter ideias diferentes do Presidente da Câmara Municipal e ser alternativa a esta Câmara Municipal, e não vejo problema nenhum.

Agora, quanto à sua abstenção também tenho todo o respeito por ela, e pela posição do CDS que já tinha sido tomada anteriormente mas, como eu disse, as minhas convicções são diferentes e são opções que nunca ninguém teve e um dia a história julgar-nos-á, e o Deputado Nuno Rafael um dia vai-nos

julgar e vai dizer que fizemos um grande trabalho porque o Deputado João Brito demonstrou uma surdez e ainda disse “*eu quero ver se fazem as obras todas que lá estão*”. O Deputado João Brito não ouviu aquilo que eu tinha dito e eu volto aqui a reafirmar. Deputado João Brito, há aquele indicador mas eu quero dizer-lhe o seguinte: Se tiver que prescindir de qualquer verba para ajudar as famílias mais carenciadas, aquelas que estão a passar fome, meu caro amigo, vá lá ver a obra que não foi feita, venha às Assembleias, porque eu digo-lhe uma coisa, os meus compromissos é com o meu eleitorado, e eu tenho uma maneira diferente de ver a política. O Senhor está preocupado se há algum dinheiro que pode até vir e ser canalizado para essas famílias carenciadas, eu não, nem o meu Executivo. Nós, onde estiverem as dificuldades estamos lá, ao lado das pessoas, porque eu envergonhava-me se tivesse um Concelho onde houvesse fome ou onde houvesse alguém que dormisse debaixo da ponte. Enquanto eu for Presidente isso não acontecerá.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado, José Ferreira da Cruz Loureiro, que fez a seguinte intervenção:

“Faço minhas as palavras do meu colega Raul Dinis. Não sei se ele acrescentou os lares porque têm feito um bom trabalho ao nível do Concelho mas, faço minhas as palavras do meu colega Raul Dinis.

Quanto a este Ponto I quero dizer o seguinte: Este Executivo tem-nos mostrado ao longo destes anos total transparência e, se calhar, podia contornar ir logo ao problema mas com alguns custo para todos nós, porque somos nós que pagamos. Acho que, mais uma vez, demonstra que a transparência está acima de tudo.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto I - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea f) do n.º 1 e n.º 4 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Contratação de um Empréstimo de Médio e Longo Prazo até € 3.000.000,00 para concretização de diversos investimentos de interesse municipal, que foi aprovado por maioria e com duas abstenções.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte declaração de voto:

“Votei a favor tal com o já tinha feito na Sessão anterior. O meu voto mantém-se independentemente da instituição bancária.

Acho que a Câmara Municipal fez um excelente trabalho e deve optar pelo banco que dá melhores condições.

Como já disse votei favoravelmente até porque há aqui obras que são importantes para o Concelho e para as Freguesias e com este empréstimo também vai criar alguma folga no próprio orçamento para poder ajudar as outras Freguesias e, por esse motivo vou votar favoravelmente.

Já agora aproveitava também para dizer alguma coisa sobre o momento que estamos a atravessar: Agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e aos seus colaboradores pelo empenho e pelo trabalho que têm estado a fazer no controlo da pandemia. Também uma palavra de solidariedade e agradecimento a todas as pessoas ligadas à área da saúde, aos Bombeiros, à GNR, às IPSS, não esquecendo também os Presidentes de Junta, apesar de achar que os Presidentes de Junta deveriam ter uma maior informação. Felizmente que o Estado tem controlado esta pandemia e não se tem estado a desenvolver muito talvez devido às medidas que têm sido implementadas. Mas, se esta pandemia se desenvolvesse, era importante que os Presidentes de Junta tivessem uma informação maior porque no local, e derivado à sua proximidade, podiam ajudar bastante e criar um maior controlo e impedir que esta pandemia evoluísse mais. Nesse aspeto, penso que devia haver uma ligação mais assertiva com os Presidentes de Junta.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho, que fez a seguinte intervenção: declaração de voto:

“Antes de mais, queria meramente dois segundos de tolerância, apenas para felicitar o Executivo e todos os Oliveirenses pelo comportamento exemplar que têm tido no combate à pandemia.

Felicitar também os Serviços Administrativos da Câmara Municipal por nos proporcionarem esta Assembleia Municipal com recurso aos meios virtuais, com segurança e à distância, que nos permite a todos estar presentes e discutir as questões do Município.

O meu voto é naturalmente favorável porque este empréstimo, na minha opinião, não pode merecer abstenções nem votos contra para o recuperar do Concelho. Não pode merecer votos contra nem abstenções de injetar dinheiro na economia local e na vida das pessoas. E é saudável, e é salutar reconhecer a

capacidade que o Município de Oliveira do Hospital tem, depois dos incêndios, depois dos investimentos da recuperação, das obras em curso, das intempéries do mês de janeiro e da atual pandemia e, mesmo assim, ter capacidade de endividamento. Este endividamento vai ajudar a reativar a economia, vai ajudar a segurar postos de trabalho.

Parece-me, salvo melhor opinião, e, por isso, é que voto favoravelmente que a crítica ao processo administrativo é, de facto, mesquinha. Hoje não é tempo de embarcarmos em joguetes político-partidários é o tempo, sim, de trabalharmos em prol dos Oliveirenses, de apoiarmos o Executivo Municipal independentemente da força político-partidária que o elegeu.

Portanto, queria, de facto, saudar esta capacidade do Município de Oliveira do Hospital e congratular o Sr. Presidente pela excelente gestão altamente escrutinada, transparente e discutida na Assembleia Municipal. Tem sido, de facto, um exemplo a forma transparente como tem trazido os técnicos para discutirem e partilhar todos os problemas e discussões.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção: declaração de voto:

“A intenção de voto do PSD é clara e quero reafirmar o nosso voto positivo.

Permitam-me só mais uns segundinhos para deixar claro algumas coisas que o Sr. Presidente, na sequência das nossas intervenções, em jeito de resposta, disse: Ninguém estava aqui a questionar os seus serviços. Apenas estávamos a fazer a nossa obrigação como oposição e a pedir algumas explicações adicionais àquelas que já tinham sido dadas e, para isso, levantámos duas hipóteses para o facto de estarmos aqui: Tinha sido, e que é claro agora, que foi a Caixa Geral de Depósitos a responsável por estarmos aqui hoje. Assembleia que tem custos associados e, portanto, no nosso entender deve ser feito algo nesse sentido, sendo responsabilizado o culpado, visto que a culpa não deve morrer solteira para atos futuros.

Quanto ao rompimento dos contratos com a Caixa Geral de Depósitos, eu questionei este ponto visto que foi o próprio Sr. Presidente que numa reunião de Câmara Municipal de fevereiro deixou claro que iria deixar de trabalhar com a Caixa Geral de Depósitos. Portanto, nesse sentido, gostaríamos também de perceber exatamente se vai, ou não, deixar de trabalhar com a Caixa Geral de Depósitos, e as palavras são suas e não são nossas.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Eu já fiz a minha intervenção e dei a resposta ao Deputado e, por isso, não estou para ser inquirido segunda vez.”

De seguida entrou-se no Ponto II - Ratificação da deliberação camarária de 16 de abril de 2020 que aprovou a aplicação do saldo de gerência de 2019 e as 1.^{as} revisões ao Orçamento e Grandes Opções do Plano, para o ano de 2020, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 3º-A da Lei nº 1-A/2020, de 19 de março, alterada pela Lei nº 4-B/2020, de 6 de abril.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Este Ponto II tem a ver com o cumprimento de um preceito legal. Penso que ainda está aí o Dr. João Mendes que domina esta parte relacionada com a área administrativa e financeira. A aplicação do saldo de gerência de 2019 não é a aprovação de contas. Aquilo que nós quisemos foi que este saldo de gerência se reflita nas contas mas, o Dr. João Mendes se quiser pode dar uma explicação mais técnica.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Antes da explicação, também tenho essa curiosidade, não sei se e o Dr. João Mendes vai clarificar isso. Se a ratificação tem que ser na primeira Assembleia ordinária que se realize mas o Dr. João Mendes certamente que estudou o tema aprofundadamente e vai-nos dizer.”

Depois, foi dada a palavra ao Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças do Município de Oliveira do Hospital, Dr. João Manuel Nunes Mendes, que prestou os seguintes esclarecimentos:

“Como o Sr. Presidente já referiu, estamos perante um regime excecional que decorreu desta profusão legislativa que tem acompanhado a pandemia. De facto, a aplicação do saldo de gerência, em regra, viria à Assembleia Municipal com as contas.

Estas leis, de carácter excecional, permitiram que fosse aprovado pela Câmara, e sujeito a ratificação da Assembleia Municipal, e foi isso que foi

proposto, incluindo no mesmo Ponto, porque a Lei também o permite, a aplicação do saldo que, como sabemos, é aplicado através dos documentos de gestão previsional, nos quais o município pauta a sua atividade, pelas Grandes Opções do Plano e pelo Orçamento.

Portanto, a questão que a Sra. Presidente da Assembleia Municipal refere, da ratificação, é assim: O instituto da ratificação para a Assembleia Municipal é a primeira vez que surge com consagração legal porque ele nem sequer existia. Em regra, a Assembleia Municipal, não ratifica atos da Câmara, essa figura não estava prevista na lei. Agora, a lei previu-a de forma excepcional. A prática na Câmara, fazendo uma analogia com o que está disposto para os atos do Sr. Presidente que são, esses sim, ratificados de forma mais, ou menos, corrente pela Câmara Municipal porque, quando é necessário, o Sr. Presidente pratica atos da competência da Câmara que depois são confirmados por ela nos termos da lei.

Como dizia, fazendo a analogia com esse normativo, na Câmara Municipal a lei estabelece que os atos sejam ratificados na primeira reunião que ela realize e não esclarece se essa reunião é ordinária ou extraordinária. Como sabemos, nas reuniões extraordinárias só são debatidos os Pontos que fazem parte da agenda. Aqui, neste caso, a Câmara Municipal decidiu, creio eu, não me compete a mim esclarecer isso, mas creio que por uma razão também de transparência e informação para os Srs. Membros da Assembleia Municipal, decidiu desde logo inclui-la na primeira Assembleia Municipal que se realizou, ainda que tenha sido extraordinária, porque a ordinária só seria em junho.

Também deixar aqui uma pequena nota técnica que não me foi pedida mas, como ouvi a discussão, creio que não posso deixar de dizer que, de facto, a Assembleia Ordinária de abril só se podia realizar como Ordinária se incluísse os documentos de prestação de contas porque na tipificação da Sessão de abril consta a aprovação dos documentos de contas. Como, de forma extraordinária, a aprovação desses documentos foi protelada até 30 de junho, é possível ser feita até 30 de junho, esta Assembleia não se poderia realizar enquanto ordinária, daí o Sr. Presidente da Câmara ter solicitado à Sra. Presidente da Assembleia Municipal pela marcação de uma Assembleia Municipal Extraordinária.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Muito obrigada pelos esclarecimentos. Entretanto, não sei se o Sr. Presidente da Câmara já terminou a sua intervenção ou se pretende acrescentar mais algum esclarecimento.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Já fiz a minha apresentação. O saldo de gerência de 2019 para ser incorporado tem um valor de dois milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, setecentos e sessenta e cinco euros e trinta e dois cêntimos.

Não estou aqui a discutir as contas, estou a discutir só o saldo de gerência e, por isso, não tenho mais nada para esclarecer porque o saldo de gerência é um número e não é mais do que isso.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de falar sobre o Ponto II, e porque só hoje tive conhecimento, queria enviar um abraço ao Deputado Nuno Rafael pelo falecimento da sua mãe. Na verdade são situações muito dolorosas e queria deixar aqui este abraço solidário.

Relativamente a este Ponto II: Este Ponto é uma situação normal e, portanto, a inclusão do saldo de 2019 no orçamento de 2020 decorre de uma situação legal. Há um saldo que vai passar para o ano seguinte e que tem que ser acrescentado ao orçamento de 2020, diluído pelas diversas rubricas que o Executivo entender.

Portanto, é uma situação legal e a Assembleia Municipal apenas vai ratificar esta proposta.

Acho que a Assembleia Municipal deve votar favoravelmente porque isto também permite agilizar algumas movimentações que a Câmara entenda que deve fazer. É uma situação que decorre da Lei e é uma situação normal e o voto, naturalmente, será favorável.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Neste Ponto a revisão orçamental resulta da integração para o orçamento da receita para o exercício deste ano, do saldo transitado da gerência do ano de 2019, no montante de dois milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e três euros e sessenta e oito cêntimos.

Claro que a transição deste saldo só poderia ser verificado com a aprovação da conta de gerência. Como a conta de gerência ainda não foi apresentada, a título excepcional, foi autorizada que a sua integração seja efetuada pela demonstração no mapa dos fluxos de caixa. Resultante da integração desse saldo no orçamento do ano de 2020, houve necessidade de se proceder à revisão orçamental, que aqui foi evidenciado e que se aceita, já que a sua integração no orçamento é efetuada nos investimentos de índole social, desenvolvimento económico e educação.

Face à sua integração nas GOP e para os fins a que se destina, somos de aprovar a integração do saldo e a revisão orçamental proposta e, por isso, o PSD vai votar a favor neste Ponto II.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente ao Ponto II, e também por uma questão de honestidade intelectual, creio que votar de outra forma que não favoravelmente neste Ponto era, de certa forma, acabar por duvidar da capacidade de trabalho humano da Câmara e, isso, como já tive oportunidade de dizer em várias ocasiões ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e a alguns Membros do seu Executivo, nunca estive em causa, pelo menos da nossa parte, CDS-PP.

Conquanto, e pelo facto de ter vindo à mesa o diploma, gostava de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal o que é que tenciona fazer e em que é que se substanciarão os duzentos e quarenta mil euros a nível de coesão territorial que, como sabe, tem sido uma das pastas a que o CDS-PP tem dado mais atenção neste mandato e, de resto, achamos que o Executivo Oliveirense poderia ter ido além em algumas competências como já explanámos em várias intervenções na Assembleia Municipal.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Faço minhas as palavras do Deputado Raul Dinis. Gostava de enfatizar a boa saúde financeira da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e a boa aplicação dos Fundos Financeiros. Fazer, executar bem e contas sempre equilibradas. Naturalmente que só há um caminho que é votar favoravelmente.”

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Agora teria a palavra o Presidente da Junta da União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, Sr. Nuno Marco Ferreira Batista, mas devido a dificuldades de ordem técnica, nomeadamente falha de internet, ele pede apenas para dizer que concorda com a proposta do Ponto II e que irá votar a favor.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente ao saldo de gerência para o ano seguinte, no valor de dois milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e três euros e sessenta e oito cêntimos, perguntar apenas ao Sr. Presidente da Câmara Municipal em que é que tenciona investir este montante?

Contudo, há aqui outra análise que podemos fazer: Nós fizemos uma retificação ao Orçamento de 2019 em 27 de dezembro, e o Orçamento passou para vinte e um milhões e quinhentos mil euros, mais ou menos, e, agora, vemos ainda, depois da correção ao Orçamento que foi aprovado a 27 de dezembro, agora, vemos uma nova correção para vinte milhões, oitocentos e trinta e nove mil euros, ou seja, o tal do Orçamento de trinta e dois milhões de euros acabou agora nos vinte milhões o que dá apenas uma execução orçamental de 65 %. É a única coisa que eu posso ler deste relatório.

Contudo, é lógico que isto é apenas um documento e sabemos o que é e, portanto, como é lógico, vamos votá-lo positivamente, vamos aprovar, terá o nosso voto favorável.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Queria dar só uma nota e que é o seguinte: Hoje não estou aqui para discutir as contas porque trazemos aqui só o saldo de gerência. Realmente esta verba também é fundamental e penso que hoje alguns dos Srs. Deputados, quando ouvirem dizer que o Campus Educativo de Oliveira do Hospital tem 85 % de financiamento, alguns Deputados até da oposição, teriam dado os parabéns a este Executivo por esse mérito de conseguir 85 % de financiamento, o que dá à volta de cinco milhões, na maior obra de sempre feita em Oliveira do Hospital.

Acho que o Executivo estaria de parabéns pela forma como olhou e também pela forma como conquistou estes dinheiros do PEDU e, por isso, o problema de ter um Orçamento orçamentado por cima proporciona essas

conquistas que, às vezes, são difíceis de perceber, sobretudo à oposição, mas é absolutamente normal.

Também quero dizer, e não há aqui problema nenhum, que aquilo que disse o Deputado João Brito tem alguma razão de ser. Eu sou uma pessoa honesta e quero dizer-vos que também espero sair da Câmara Municipal sem ser acusado, hoje qualquer autarca está sujeito a ser acusado, como vocês ouviram até do antigo Ex-Presidente, foram feitas várias denúncias para a judiciária e não sei quantos inquéritos.

Também vos quero dizer o seguinte: Aqui na Câmara Municipal já houve aí uma altura, por causa de umas lonas e depois por causa de uma adjudicação nuns rios, e não tenho vindo a jogo para dar protagonismo a essas pessoas, e os processos, até hoje, foram todos arquivados. Por isso, todos nós estamos sujeitos, quem está nestes cargos está sujeito a essas denúncias mas aquilo que me apraz é que talvez em catorze inquéritos, desde as casas que arderam e que ouviram as acusações até agora, os processos têm sido todos arquivados. Todos nós temos direito ao nosso bom nome, e não quer dizer que uma pessoa, às vezes, por qualquer falha dos próprios serviços também não possa vir a cometer algum erro e sabem que o Presidente é o maior responsável.

Todos temos direito ao bom nome e quero dizer-vos que para mim seria a maior vitória, depois de atravessar esses momentos conturbados e depois da minha saída, que nunca nenhum Tribunal me julgue por alguma irregularidade na Câmara. Essa será a minha maior bandeira derivado a ter filhas, a ter netos, pessoas que são da minha família, e todos nós temos direito ao bom nome porque as suspeições, vocês sabem, são lançadas com facilidade. Queria deixar-vos esta nota até também para perceberem que eu vivo do meu ordenado, como vive todo este Executivo, e queremos ser o mais transparentes possível.

Neste saldo de gerência garanto-vos uma coisa, neste saldo não vai nada da Conta Solidária porque a Conta Solidária foi distribuída sem pompa nem circunstância, não houve nenhuma cerimónia para mostrarmos a quem estávamos a dar o dinheiro ou para mostrar a pobreza das pessoas. É uma forma diferente de estar na política e nós vamos estar assim até ao final e, por isso, não saiu nos jornais que tínhamos distribuído a Conta Solidária mas a Sra. Vereadora do PSD, ou o Sr. Vereador, esteve nas reuniões. Nós reforçámos a Conta Solidária que tinha um valor de setenta e quatro mil euros e nós reforçámo-la para cem mil euros.

Aquilo que eu vos queria dizer é que aqui não vem a Conta Solidária porque ela já não existe em Oliveira do Hospital e, por isso, quero dizer-vos que neste saldo de gerência não estão os setenta e quatro mil euros que tinham dado a Oliveira do Hospital porque esse valor já foi distribuído. Não se fez nenhuma cerimónia chamando jornais para colocarmos lá a nossa fotografia com as pessoas todas a receberem um cheque. Não é essa a nossa forma de fazer política. Nós não temos que expor as pessoas que precisaram.

Os Srs. Deputados podem consultar o processo que foi a reunião de Câmara porque estão lá os nomes e as importâncias que foram distribuídas. Foi criada uma Comissão completamente independente, e que não tinha nenhum político, e a atribuição destas verbas foi votada por unanimidade.

Acho que o melhor que nós temos é prestarmos contas porque quem está no Executivo tem que prestar contas.

Hoje anunciei que temos 85 % de participação financeira para as obras e a história escreverá que houve capacidade de negociar e que lutámos para conquistar verbas para o Concelho. Estou convencido que ainda vou conquistar mais algumas porque temos uma avenida que está aqui que custa um milhão e meio de euros e que será a maior avenida de Oliveira do Hospital. Eu ainda estou na corrida para arranjar 85 % de financiamento ou, se não arranjar 85 %, arranjar 70 %. Por isso, temos aqui tanto que fazer. Não esperávamos por este trabalho da pandemia porque hoje os nossos serviços têm estado divididos, há pessoas que têm direitos e que estão em casa em teletrabalho, todos numa cooperação excelente.

Digo-vos com verdade de que gostaria e também seria meu orgulho inaugurar estas obras emblemáticas neste mandato com todos vocês e, se calhar, não vai ser possível, mas o importante é as obras cá ficarem e não quem as inaugura.

Acho que esta nova visão deste Centro Escolar e a forma como foram conseguidos os terrenos, esta nova avenida, eu penso, e também deixem-me dizer que a modéstia a mais também é defeito, e eu e o meu Executivo temos orgulho deste trabalho que temos feito com as Juntas de Freguesia.

Há aqui um grande trabalho de parceria onde a oposição tem um papel também importante, sobretudo quando a oposição tem um papel construtivo. Nós vivemos numa democracia e as pessoas têm todo o direito de retorquir mas a política é isto!

Agora, logicamente que acho que nós, Oliveirenses, devemos estar todos muito unidos no desígnio de Oliveira do Hospital, nos problemas que Oliveira

do Hospital vai enfrentar. Isso é que eu precisava, e, às vezes, também precisamos de uma palavra de estímulo porque debatemo-nos nestas frentes todas. Também é importante uma palavra de estímulo porque todos nós temos momentos que desanimamos. Esta pandemia não é uma coisa fácil para este Executivo ou para qualquer Junta de Freguesia ou sobretudo para os profissionais de saúde, para os Bombeiros, para a GNR, para todos.

Isto, não é apelar-vos ao coração mas quero dizer-vos que tenho orgulho de trabalhar com a minha Presidente da Assembleia, com a Mesa da Assembleia, com os Srs. Deputados, porque um Concelho é um coletivo. Se alguém pensa que um Concelho é o Presidente da Câmara isso é a coisa mais errada que há. O trabalho coletivo é que é fundamental e acho que temos, todos, trabalhado bem. Temos aceitado, muitas vezes, ideias da oposição que são boas e quando são boas, são boas para o Concelho e porque é que não haverão de ser boas para nós. Aqui não há nenhuma corrida.

Deixem-me dizer, e vou terminar com isto, e não quero ser aborrecido, mas há uma palavra que atravessou muito esta última década, e talvez as últimas décadas e que é: Competição; Competição; Competição. É tudo competitividade. É competitividade nos nossos jovens, é tudo competitividade.

E agora vou dizer-vos uma coisa. Agora, esta fase ensina-nos outra coisa que começa por “C” mas não é competitividade, é cooperação. É cooperação entre nós todos. É cooperarmos para que, com o nosso trabalho conjunto, se ultrapasse esta pandemia porque vivemos debaixo de uma competição enorme e que agora mostrou-nos que não vale nada.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente, tenho estado a ouvi-lo e quero dizer-lhe o seguinte: Obviamente que este é o espaço, como também já foi referido, para os partidos da oposição o questionarem, e no geral de uma forma adequada e uma vez ou outra com intervenções com alguma suscetibilidade, mas, também não me parece que em concreto nesta Sessão tenha havido alguma situação exagerada.

Agora, acompanho-o na sua estranheza pela circunstância de ter realmente anunciado o empréstimo que conseguiu para a realização do Centro Escolar num montante tão grande, mas eu também creio que as pessoas não reagiram ao momento porque as pessoas também não estão no seu normal. A verdade é essa!

O Senhor está cansado e vê-se na sua cara mas as pessoas estão, de alguma forma, estranhas e cansadas.

Quero dizer-lhe o seguinte: Eu sei e penso que interpreto o sentir dos Oliveirense. Nós sabemos bem como o Senhor se bate pela defesa dos interesses da nossa terra. E já agora, a questão de ter conseguido, e eu já o disse numa outra Assembleia, garantir esses financiamentos, não é por acaso nem é só porque tem boa relação com as pessoas e é simpático é porque, na verdade, dá confiança e apresenta projetos com maturidade. Isto é, quem aprecia a atribuição desses financiamentos tem indicações de que os projetos são concretizáveis porque se não houvesse essa perceção, não era porque se dava bem com as pessoas e era simpático que o Senhor conseguia garantir esses financiamentos. Esses financiamentos vêm porque efetivamente são prestadas provas concretas de confiança e de capacidade de execução.

Também o Deputado João Brito fez uma referência relativamente à percentagem de execução e nós todos sabemos, toda a gente ligada ao setor público e à forma de orçamentação, todos sabemos, que normalmente se aumenta o orçamento porque só tendo rubricas abertas é que o Sr. Presidente da Câmara, e qualquer gestor público e qualquer autarca, consegue garantir depois que a sua candidatura é considerada. E o Sr. Presidente também já o disse com toda a transparência.

Portanto, considero que Oliveira é reconhecida e que o Sr. Presidente é um democrata. É verdade que exprime os seus estados de alma e dá-nos nota do que são todas as diligências em prol dos destinos do Concelho, e nem todos os autarcas na sua posição têm essa postura e isso tem a ver com a sua forma de ser. Naturalmente, que o Concelho lhe é agradecido, e seja o Senhor, ou não, a fazer a inauguração das obras ficará ligado a elas porque o que interessa é quem cria as condições para as fazer e não é quem as inaugura.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto II - Ratificação da deliberação camarária de 16 de abril de 2020 que aprovou a aplicação do saldo de gerência de 2019 e as 1.^{as} revisões ao Orçamento e Grandes Opções do Plano, para o ano de 2020, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 3º-A da Lei nº 1-A/2020, de 19 de março, alterada pela Lei nº 4-B/2020, de 6 de abril, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta que foi aprovada por unanimidade.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Chegámos ao fim da Sessão. Agradeço a participação e a colaboração de todos. Desejo que quando nos voltarmos a encontrar estejamos mais animados, que tenhamos feito um caminho de recuperação, e que as perspetivas sejam melhores. É isso que eu desejo para o nosso país e para o mundo porque realmente vivemos tempos nunca pensados, piores do que os piores sonhos.

Bom feriado e bom fim de semana e, mais uma vez, obrigada a todos.”

E, não havendo mais nada a tratar, sendo vinte horas e vinte e cinco minutos, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa e por mim _____, Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente)

(Primeiro Secretário)

(Segundo Secretário)
